

A Região do Vêneto e a Emigração para o Rio Grande do Sul

Marinilse Marina^I

Resumo: O artigo tem como principal objetivo fazer uma análise da região italiana do Vêneto, que sofreu com as invasões estrangeiras em função da proximidade fronteiriça e foi palco de insatisfações internas populares. Esse contexto, associado ao movimento italiano conhecido como *Risorgimento*, apoiado pela dinastia de Savoia, teve como resultado a unificação italiana. Tida como esperança de melhoria socioeconômica, a unificação atingiu esse objetivo apenas por um curto prazo de tempo, obrigando um número significativo da população a buscar novas possibilidades econômicas. Esse cenário, ligado à propaganda emigracionista para o Brasil, fomentou, durante o período de 1876^{II} a 1901^{III}, uma emigração em massa para o estado do Rio Grande do Sul, que tinha como interesses a colonização, a defesa fronteiriça e o “branqueamento” da população. Para esta análise, utilizou-se o método historiográfico comparado, caracterizado por uma abordagem empírica, com base no estudo macroemigratório.

Palavras-chave: Itália. Vêneto. Emigração. Rio Grande do Sul.

The region of the Veneto and the emigration for Rio Grande do Sul

Abstract: The main objective of the article is to analyze the Italian region of Veneto, which suffered from foreign invasions due to border proximity, and popular internal dissatisfaction. This context, associated with the Italian movement known as *Risorgimento*, supported by the Savoia dynasty, resulted in the Italian Unification, considered as hope of socioeconomic improvement, but which in the short term does not reach the objective, causing a significant number of the population seeking new economic possibilities. This, associated with emigration and propaganda for Brazil, fomented in the period of 1876-1901 a mass emigration to the state of Rio Grande do Sul, which was interested in colonization, as well as frontier defense and "laundering" of the population. For this analysis, we made use of the comparative historiographic method, characterized by an empirical approach, based on the macro emigratory study.

Keywords: Italy. Veneto. Emigration. Rio Grande do Sul.

Artigo recebido em 06/02/2018 e aprovado em 28/03/2018

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

Introdução

A Itália, nos séculos XIV e XV, era dividida em vários reinos ou Estados independentes, também chamados cidades-estados, que entravam em conflito entre si, visto que durante o período medieval as cidades já eram importantes centros mercantis. Dessa forma, a península itálica era fragmentada e governada por famílias das realezas francesa e austríaca, por nobres italianos e, em parte, pelos Estados Papais, que exerciam forte influência perante a população, além do Reino da Sicília (Casa de Savoia^{IV}). Nesse sentido, as monarquias também eram, e em alguns casos continuam sendo, sistemas políticos, tendo o monarca como líder do Estado.

O território italiano enfrentava sérios problemas de dominação estrangeira e, conseqüentemente, de identidade. Não havia uma unidade propriamente dita, pois a situação variava em cada região, desde as leis até o idioma, a moeda e a política eram divergentes. “Importante destacar, desse modo, que a Itália era então conhecida apenas como uma expressão geográfica”^V, e não como uma unidade.

Cidades importantes como Veneza, Pisa, Gênova, Milão e Florença adquiriram independência econômica e, assim, ampliaram sua influência e seu capital. Muitas famílias, entre elas os Médici, enriqueceram em função da manufatura, da exportação e do comércio no Mediterrâneo, formando dinastias locais que se expandiram para várias partes da Europa, seja pela via comercial ou pela matrimonial, como foi o caso de Catarina di Médici^{VI}, coroada rainha em função do casamento com o rei da França Henrique II. Portanto, as disputas por controle comercial e territorial, e conseqüentemente por poder e influência, eram bastante comuns e significativas, dividindo ainda mais a península. Esse fator associado às várias invasões de outros povos, principalmente em função da proximidade de fronteiras e de domínios de território, transformaram a Itália em um verdadeiro mosaico, com distintas culturas e sentimentos diversos de pertencimento.

Inúmeros conflitos ocorreram, em especial, na região do Vêneto, sendo constantes as lutas para defesa fronteiriça, principalmente contra as invasões francesa e espanhola. Inicialmente, os italianos foram submetidos à Espanha, mas, devido à Guerra da Sucessão Espanhola, a Áustria passou a dominar parte do território italiano. Ainda, em função das Guerras Napoleônicas, o Norte e o Centro da Itália foram invadidos; dessa forma:

A França pós-revolucionária do Diretório, já envolvida em um projeto expansionista napoleônico, invadirá a cidade de Veneza em 1797, dividindo o território do norte da Península Itálica com o Império Austríaco. No período que se segue até o Congresso de Viena (1815), as dominações francesas e austríacas suceder-se-ão na região setentrional italiana, tendo, a figura do invasor, ora a imagem dos departamentos franceses, ora das províncias austríacas. A partir de 1815, o Império Habsburgo consolidar-se-á como força dominante na região, assumindo a administração do norte peninsular até a vitória do projeto de unificação da casa de Savoia, em 1866^{VII}.

A problemática de controle fronteiriço impedia a Itália de solucionar os embates internos que estavam em andamento. A população encontrava-se insatisfeita com os altos impostos agrícolas, em especial, no que tange ao aumento dos aluguéis de terras, o que deixava os agricultores à mercê da pobreza. Ou seja, a atenção que deveria ser voltada para os problemas internos da península era desviada para as invasões estrangeiras, que representavam uma ameaça concreta de perda de território, concentrando todos os esforços governamentais para resolução de impasses.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

A fronteira italiana com a Áustria era um prolongamento de disputas, pois “a fronteira está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados ‘para dentro’ (forças centrípetas). A fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central”^{VIII}. Assim, o contexto político que definia a Europa eram as disputas tanto internas, com a população e o território divididos em províncias distintas, quanto externas, com as invasões e ameaças de perda de terras.

Em fins da Idade Média e início da Idade Moderna, as monarquias da França, de Portugal e da Espanha procuraram reforçar seu domínio e seu poder diante das particularidades regionais, dos nobres e de outras forças que se opunham à centralização administrativa. Na Alemanha e, em especial, na Itália, contudo, esse processo esbarrou em resistências muito maiores de cidades e aristocracias mercantis ricas e poderosas, o que ajuda a compreender como a Itália continuou dividida em vários Estados rivais^{IX}.

À resistência da burguesia mercantil em permitir mais poder às monarquias soma-se o alto índice de empobrecimento da população, uma vez que, com a evolução da tecnologia marítima, outras partes da Europa passaram a aventurar-se em alto-mar, com foco, entretanto, em cruzar o Atlântico, a fim de competir com a economia italiana, ainda voltada para o Mediterrâneo. Nessas circunstâncias, a península itálica iniciou um processo de pauperização, e a proximidade fronteiriça com outras nações consequentemente ganhou ênfase no que tange a invasões e domínios territoriais, especialmente no Vêneto. As repúblicas italianas perderam ainda mais autonomia política, já que essas regiões passaram a ser intensamente disputadas: “a península se tornou um território colonial das potências Imperiais do continente”^X.

Apesar dos diversos problemas que atormentavam a Itália, um fator em especial impulsionou o surgimento de um novo ideal italiano. O desgaste da população com as invasões estrangeiras, que representavam uma série de proibições nos costumes, nas crenças campesinas e até mesmo na questão dialetal, além dos impostos abusivos pagos para outros povos, considerados “invasores”, levou a monarquia dominante (Savoia) a perceber uma oportunidade de empoderamento, pois, com a unificação do território italiano, a dinastia poderia expandir seus interesses.

Para a unificação italiana, era necessário ocupar-se da questão de pertencimento e dar ênfase ao ideal nacionalista, perante uma população majoritariamente de camponeses, afeiçoados aos regionalismos e descontentes com os rumos político e administrativo que a Itália vinha seguindo. Diversas medidas foram tomadas para que a população se apegasse à ideia de fazer parte de uma pátria unificada, de pertencer a uma nação.

Assim, iniciou-se o processo de ressurgimento das veias históricas, comparando os nascidos em solo italiano com os romanos e seus feitos no passado remoto, de vitórias e resistências, trazidos à luz pela burguesia intelectual italiana do século XIX, para, dessa forma, fomentar o discurso de nação. Nesse sentido, deu-se origem ao movimento conhecido como *Risorgimento*, que repercutiu na população e promoveu o sentimento de unidade, pelo menos naqueles que permaneceram na Itália, já que, logo após a unificação oficial (1870), iniciou-se outro movimento em massa, mas este com destino ao Brasil. Esse acontecimento permite refletir sobre as consequências da unificação e questionar até que ponto, de fato, foi positiva entre a população campesina italiana.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

O *Risorgimento* e a região do Vêneto

O movimento conhecido como *Risorgimento* tinha como objetivo unificar a Itália em prol da expulsão de um inimigo comum, o Império Austríaco. Para isso, contou com o apoio da França, que havia perdido o domínio do território vêneta para a Áustria, mas esteve sob o comando da dinastia de Savoia, que temia o fortalecimento dos pensamentos republicanos e democráticos na Itália. Assim, em 1866, a Itália recuperou o Vêneto e passou a investir com força no ideal do nacionalismo, “esse processo de construção imagética dos pais da pátria, a qual ficará marcada indelevelmente, terá forma e conteúdo voltado para a educação popular – escola e exército –, fazendo parte de uma multiplicidade de esforços para a formação patriótica e dinástica dos jovens italianos”^{XI}.

A grande problemática em torno do sentimento nacionalista é que a maioria dos *contadini*^{XII} não possuía instrução escolar – constituindo uma grande leva de analfabetos e semianalfabetos, acostumados a inúmeras invasões estrangeiras, empobrecidos e com costumes próprios e combinados com os da região vêneta – e via com olhos desconfiados a imagem que estava sendo criada em torno do rei Vittorio Emanuele II^{XIII}, chamado pelos apoiadores da unificação de “pai da pátria”.

Sabe-se que a região, também chamada de Província do Vêneto, foi anexada oficialmente ao Reino da Itália em 1866, mas o local engloba muitas particularidades, se comparado às demais regiões da Itália recém-unificada. A República de Veneza, entre os séculos XV e XVII, estendeu seus limites por toda a região do Vêneto (Bérgamo, Bréscia e Mântua, na Lombardia, e Udine, no Friuli). Em função da conquista de Veneza pelas tropas de Napoleão em 1797, o território foi dividido entre a dominação francesa e a austríaca até a conquista final de Vittorio Emanuele II, da Casa de Savoia, que instaurou a monarquia em toda península unificada. A invasão francesa, que dividiu o território do Norte da Itália com a Áustria, durou até o ano de 1815 (Congresso de Viena), quando o Império Habsburgo dominou o Vêneto^{XIV}. Dessa forma, de 1797 até 1865, somam-se mais de 60 anos de contato com austríacos e com a cultura de matriz germânica; conseqüentemente, os costumes da região são considerados um agrupamento de várias influências presentes na fronteira italiana.

Após a anexação do Vêneto ao reino (1866), Roma foi tomada pelo rei (1870), completando a unificação da península itálica em um único Estado^{XV}. Nesse sentido, o Papa Pio IX se declarou prisioneiro voluntário do Estado italiano, não aceitando as negociações com a coroa. A tomada de Roma foi conflituosa e polêmica: “o Papa, consciente de sua influência sobre os católicos italianos e desejando conservar o poder da igreja, proibiu os católicos italianos de votar nas eleições do novo reino”^{XVI}. Esse conflito é chamado de Questão Romana, e os impasses entre o governo italiano e a Igreja Católica, que iniciaram oficialmente em 1861, encerraram somente no ano de 1929, por meio do Tratado de Latrão^{XVII}, durante o governo de Benito Mussolini^{XVIII}.

O maior problema da Questão Romana eram os Estados Pontifícios, que compunham a parte central da península itálica e pertenciam à Igreja desde o período medieval. A unificação italiana se tornava inviável perante a resistência do Papa, que contou com o apoio militar francês. A França tomava partido conforme os interesses políticos: se, por um lado, apoiou “os Savoia” na expulsão dos austríacos do território Vêneto, porque havia perdido espaço, por outro, em função da pressão dos católicos franceses, apoiou o Papa Pio IX na defesa de Roma. Desse modo, a anexação de Roma ao Reino da Itália ocorreu somente em 1870, com a retirada das tropas francesas do solo italiano.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

A população veneziana, que buscava uma prática livre de sua crença, já que nem todos os povos que avançavam na fronteira permitiam essa liberdade, novamente vivia uma situação delicada. A unificação italiana era uma esperança de melhoria socioeconômica, mas o conflito da monarquia com o Papa diante da formação de uma nação majoritariamente católica não atendia às expectativas. A partir da tomada de Roma, a Itália estava oficialmente unificada. Feita a Itália, faltava fazer os italianos^{XIX}.

Defende-se que o *Risorgimento* foi um movimento em prol da unificação italiana.

O movimento não é de mão única: não apenas o Estado se desvencilha de algumas de suas atribuições, como [também] questões que há muito tempo se achavam no centro da vida política deixam essa posição. O exemplo mais característico é sem dúvida o da questão religiosa: o *status* das igrejas na sociedade, as relações entre Roma e a República, a organização dos cultos, a liberdade de crer ou não quer, o direito da Igreja de reger as condutas privadas e os comportamentos coletivos foram, para gerações sucessivas, as principais questões postas em jogo pelas lutas políticas e o mais importante princípio de divisão, as eleições gerais giraram em seu redor; maiorias se constituíram ou se desmembraram em seu nome^{XX}.

Após a anexação, era de extrema urgência e necessidade ocupar-se da questão do pertencimento, principalmente em função do posicionamento contrário do Papa, o que poderia ser um divisor de águas em um território no qual a maioria da população era formada por católicos. Assim, os intelectuais do período buscaram a *ressurreição* da Itália, ou seja, tentaram despertar de maneiras distintas o sentimento nacionalista, já que para os vênets era importante sentir-se “donos” de seu território. Havia ainda expectativas em torno dos novos valores dos impostos, que eram abusivos durante a dominação austríaca.

Para acender a chama nacionalista italiana, era preciso pensar além da esfera intelectual, era necessário inflamar o povo através de “instrumentos” de identificação; assim, muito passou a ser investido em monumentos em praças, com bustos de integrantes da Casa de Savoia, principalmente do rei Vittorio Emanuele II, e dos precursores da unificação italiana, especialmente dos líderes: Giuseppe Mazzini (1805-1872); Camilo Benso, o conde de Cavour (1810-1861); e Giuseppe Garibaldi (1807-1882).

Dessa forma, deu-se início à lenta construção do nacionalismo e conseqüentemente de uma identidade italiana, pois “o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência; ele inventa nações onde elas não existem”^{XXI}. Na região do conflituoso Vêneto, a população não se sentia pertencendo à Itália, mas representada pela região em que vivia.

Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição^{XXII}.

Portanto, as lideranças italianas passaram a trabalhar na construção de laços de identidade pelos quais as populações regionais se sentissem representadas, uma vez que os *contadini* identificavam-se com a região a que pertenciam, com seu *paese*^{XXIII}, e não com a nação.

A procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.), ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores^{XXIV}.

Existe um significativo debate em torno dos estudos em prol do nacionalismo. Algumas abordagens sobre a representação do nacional entendem que as tradições são inventadas pelas elites para justificar a importância das nações^{XXV}. Também há quem defenda que as alterações estruturais transformaram as sociedades do século XIX através do nacionalismo cívico ou ético, relacionado com a globalização^{XXVI}. Outra perspectiva considera o nacionalismo “um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como ‘diferente’ dos outros”^{XXVII}. Alguns defendem que, nas sociedades não ocidentais de formação das nações, o elemento nacionalista assume maior importância, “daí o papel da ‘invenção’ e da ‘construção’ na formação da identidade nacional varia consideravelmente, dependendo em grande parte da configuração étnica local preexistente”^{XXVIII}. De qualquer forma, e independentemente do conceito nacionalista, os estudiosos concordam com o significado político em torno do tema – nação. Em uma comparação com o nacionalismo, afirma-se que o regionalismo:

[...] aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando frequentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes^{XXIX}.

Partindo do princípio de que existe uma relação tênue entre o nacionalismo e o regionalismo, destaca-se que “quando se está falando sobre a ideia de nação, não se quer dizer que na Itália havia de fato uma coesão, uma comunidade nacional ligada por profundos vínculos de italianidade”^{XXX}, já que:

Também a ideia de nação, associada à da pátria quando se fala em uma italianidade, possuía três significados distintos. O primeiro faz referência ao nascimento, a uma geração de homens nascidos em uma cidade ou província. O segundo expressa um senso de coletividade [...], ou seja, a observação de usos e costumes comuns que distinguiam essa coletividade de uma outra, percebidas como diferente e, ao mesmo tempo, enquanto diferença era parte constituinte do sentimento de nação. Dessa forma, poder-se-ia ouvir falar de uma nação veneziana. O terceiro significado, fortemente construído no século XVIII, pensa, especificamente para o caso italiano, na existência de uma comunidade cultural italiana, com uma língua e uma literatura comuns – dito de outra forma, um coletivo peninsular dotado de códigos culturais partilhados^{XXXI}.

Em prol da necessidade de despertar um sentimento nacionalista nos venezianos, e sem poder contar com o apoio da Igreja, foi preciso, além de uma ressurreição italiana, uma reinvenção do político, ou, melhor dizendo, uma nova postura do sujeito político, que se fez influente no cotidiano italiano da época, seja através do discurso, já que muitos *contadini* eram analfabetos ou semianalfabetos, seja a partir da maior participação nas comunidades ou da própria atuação diante dos interesses da “grande Itália”. Para Foucault, a noção de discurso é empregada como “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”^{XXXII}.

A política, ou a maneira de fazer política, era responsável pelas novas resoluções e formas de sentir-se um italiano. Portanto, entende-se que o discurso perante uma grande leva de camponeses com baixo índice de escolaridade foi fundamental para fomentar o sentimento nacionalista, “cada sociedade tem seus propósitos culturalmente estabelecidos na ordem de diferentes discursos que sempre serão políticos”^{XXXIII}.

Não se quer dizer que a população era politicamente ignorante, mas que o emprego bem-feito de determinadas palavras no discurso inflamou as manifestações referentes à unificação italiana. Apesar de se estar analisando o cenário camponês da Itália, formado por indivíduos com baixa instrução escolar, trata-se de parte da Europa, um contexto com maior acesso aos meios de comunicação e de transporte e às tecnologias. Também a extensão territorial viabilizava o acesso facilitado às demais localidades da recém-formada nação e a outras fronteiras. Nesse cenário, de uma maneira ou de outra, a população tinha notícias das diferentes formas de administração política, seja monárquica ou democrática. Afinal, a luta pela unificação envolvia costumes e sentimentos de pertença e era guiada pela esperança de melhoria de vida e até mesmo de sobrevivência.

Os três maestros e a unificação italiana

O quadro político que fomentou a criação da grande Itália girava em torno de determinados ideais, que nem sempre eram de comum acordo entre os líderes do movimento. Conforme é observado, os precursores da unificação apresentavam características distintas e, portanto, formas diferentes de conduzir o movimento. Sendo alguns mais voltados para os interesses da população e outros para os planos da monarquia, todos agiram em prol de um único resultado – a unificação italiana. Nesse sentido,

O traço essencial do agitador é o valor elevado que atribui a resposta emocional do público. Se ataca ou defende as instituições sociais é um aspecto secundário [...]. O agitador chega facilmente à inferência que quem discorda dele comunga com o diabo, que seus opositores têm má-fé ou são tímidos [...]. Em contraste, o negociador é um homem inclinado à conciliação. Se o agitador despreza a conduta “sem princípios” do negociador, este reage contra a intransigência do agitador, que sacrifica ganhos imediatos em nome de princípios abstratos. O negociador está mais preocupado em encontrar soluções aceitáveis para os conflitos do que em identificar soluções justas ou perfeitas^{XXXIV}.

Entre os objetivos do movimento, estava a conquista da liberdade política, impulsionada pela burguesia que aspirava a limitar os poderes da monarquia absolutista, enquanto a população camponesa empobrecia. Os líderes italianos pretendiam ainda mais envolvimento da população em questões políticas e a libertação italiana das forças estrangeiras: do domínio austríaco no Vêneto e do espanhol na parte sul da Itália. Os principais defensores da unificação foram:

Giuseppe Mazzini (1805-1872): lutou para eliminar a presença austríaca no Norte da Itália, os privilégios aristocráticos, os abusos dos principados e a autoridade clerical. Foi preso em 1830, quando amadureceu os ideais que deram origem ao movimento Jovem Itália em 1832, tendo como principal objetivo transformar a Itália em uma república democrática unitária

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

através da revolução nos estados e no território ocupado pelos austríacos. Suas palavras de ordem eram: direito dos homens, progresso, igualdade jurídica e fraternidade. Os ideais de Mazzini foram esmagados pelo exército francês, que auxiliou o Papa na retomada do poder. Com a anexação de Roma, entretanto, a monarquia tomou conta da península até 1946^{XXXV}.

Camilo Benso (1810-1861): conde de Cavour, primeiro ministro do Piemonte, era representante e defensor da monarquia. Tinha como principal ideal unificar a Itália em torno da família Savoia, transformando o novo reino em um prolongamento do Piemonte. Desejava que a unificação fosse liderada por estadistas e militares em favor da monarquia. O conde de Cavour foi responsável pelas negociações realizadas entre Itália e França em prol do auxílio francês na expulsão austríaca do Vêneto^{XXXVI}.

Giuseppe Garibaldi (1807-1882): foi marinheiro e participou intensamente do movimento Jovem Itália. Após ser condenado à morte, fugiu para a América Latina, desembarcando no Rio de Janeiro em 1835. Em função de seu posicionamento republicano, integrou as tropas no Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), lutou contra as forças imperiais e, com David Canabarro, tomou o porto de Laguna, em Santa Catarina, onde proclamou a República Juliana^{XXXVII}. Seu retorno à Itália ocorreu em 1848, com a finalidade de lutar contra os exércitos austríacos e apoiar a unificação italiana. Perdendo a batalha contra o Império Habsburgo, refugiou-se em Nizza^{XXXVIII}, retomando novamente seu apoio aos italianos em uma tentativa fracassada de conquistar Roma. Em 1854, participou de mais uma guerra contra os austríacos, quando foi nomeado comandante das forças piemontesas pelo primeiro ministro do Piemonte e tomou a Lombardia da Áustria, unificando a Itália do Norte^{XXXIX}.

Apesar das opiniões muitas vezes contraditórias dos maestros da unificação italiana, o ponto fundamental nesses embates políticos e diplomáticos é que o movimento do *Risorgimento* “foi basicamente um processo em que muitas lutas convergiram para tornar-se uma luta só”^{XL}. Ou seja, para realizar o sonho da Itália unificada, antes era preciso que os representantes do movimento, independentemente de questões pontuais, deixassem de lado seus conflitos para juntos darem corpo e credibilidade à unificação. Assim, entrou em cena a nova figura política, que deveria compreender os sentimentos de pertencimento regional, para dar credibilidade ao ideal do nacionalismo e alavancar o sentimento de pertencimento à Itália.

Os políticos italianos fizeram uso das informações fornecidas pela *Inchiesta agraria*,^{XLI} a fim de compreender as dinâmicas culturais italianas, que se davam além das invasões austríaca e francesa. Nesse sentido, acerca do estudo da política:

A questão central parece ser a seguinte: como é possível que tantos homens, povos ou nações suportem às vezes o que lhes impõe um tirano, se este só pode ter o poder que outros homens lhe concedam? Alguns chamam isso de “mistério da obediência civil”, da submissão voluntária, e, nessa ordem de ideias, a ciência política pode parecer uma inimiga a ser combatida ou (mais frequentemente) ignorada ao tentar pôr a nu aquilo que está oculto e, portanto, se desconhece^{XLII}.

Anterior ao “renascer” político, o movimento pela unificação e *Risorgimento* italianos não deixou de ser uma espécie de revolução; para tanto, compartilha-se da ideia de que

Estudar os fenômenos revolucionários no que eles próprios são constitui renunciar à velha problemática da causalidade linear (do tipo: as causas intelectuais, as causas econômicas das revoluções, ou da revolução), constitui recusar ver na revolução, como fato político, um simples subsistema determinado do exterior por qualquer outra

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

instância. Renunciando às facilidades da história-totalidade e da história que despe véus, trata-se de trazer à luz as leis de funcionamento interno dos fenômenos revolucionários [...]. Na maneira como porque é vivida por seus autores, a revolução não é um simples “tempo forte”, um momento privilegiado da história, mas é uma retomada da história global, passado, presente e futuro, “um instante da eternidade”^{XLIII}.

Passado todo o contexto em prol dos movimentos do *Risorgimento* e da unificação italiana, que envolveu os setores político, administrativo, cultural, intelectual e civil, o quadro em 1870 estava formado. Todas as mesclas culturais e fronteiriças, assimiladas pelas invasões dos estrangeiros, foram trabalhadas para serem no mínimo amenizadas. Entretanto, para a população vêneta, o que mais atormentava não eram os múltiplos e mistos hábitos, mas os rumos político e conseqüentemente econômico que a Itália iria tomar após a unificação oficial.

Posterior à unificação, defende-se que não houve melhoria significativa da economia. Os impostos abusivos pagos outrora aos “inimigos” passaram a ser pagos à monarquia e aos senhores feudais^{XLIV} – que não cessavam com a cobrança de impostos e de taxas pelo uso da terra. Os *contadini* da Itália unificada continuaram à mercê da política, do feudalismo e da crise econômica. Somente mudaram os impositores, porque as obrigações de pagamentos, o alto valor das terras e a fraca dieta alimentar da população camponesa prosseguiram. Em vista disso e de uma série de outros fatores associados, principalmente o desejo de serem proprietários de terra, os italianos iniciaram o êxodo do Norte da Itália em busca das melhores condições de vida não conquistadas nem mesmo após a unificação. Assim iniciou a grande emigração para o Brasil, em específico, para o Rio Grande do Sul.

A grande emigração vêneta para o Rio Grande do Sul

O maior fluxo emigratório para o Rio Grande do Sul abrange o período entre 1876 e 1901, com ápice nos de 1880, devido ao frágil quadro econômico e político da Itália associado à propaganda emigracionista para o Brasil, onde era prometido principalmente terra aos imigrantes instalados no estado sulista. Os imigrantes que chegaram ao Brasil após 1854, a maioria vênets neste estudo, tiveram de pagar pelas terras adquiridas, ainda que, no ano de 1867, tenha sido criado um regulamento que estimulava a emigração mediante algumas vantagens, entre elas: o pagamento da terra em dez anos e a gratuidade da viagem do Rio de Janeiro até o lote colonial, além de auxílio para os recém-chegados e assistência médica e religiosa por 12 anos^{XLV}. Em função do grande número de imigrantes que se direcionava para a região sul, o acordo foi suspenso, e manteve-se apenas o crédito para aquisição de terras e 15 dias de trabalho para a abertura de estradas.

Os interesses relativos à emigração para o Brasil possuíam características distintas. Em São Paulo, a chegada de imigrantes italianos representava a substituição gradual da mão de obra escrava nas lavouras de café. Já no Rio Grande do Sul, o processo foi colonizatório, ou seja, com os objetivos de formar, em pequenos lotes, colônias agrícolas essenciais para a produção de gêneros alimentícios, defender a fronteira e garantir o “branqueamento” da população^{XLVI}. Em vista disso, fica evidente que o chamamento da propaganda emigracionista para o Brasil era pensado com interesses específicos. Logo, os imigrantes com melhores condições financeiras foram encaminhados para o sul do país; portanto, apesar de pobres, os imigrantes da região do Vêneto ainda possuíam melhores condições econômicas do que aqueles que se instalaram nos cafezais do estado paulista.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

O maior desejo dos emigrados era ser dono da sua terra. Outros fatores também norteavam a vida dos venezianos, entre eles: a religião e a prática religiosa livre, a identidade cultural, o sentimento de pertencimento e o acúmulo de capital. São ambições comuns para a maioria dos povos, mas praticamente impossíveis de serem realizadas na Itália da época, já que uma parcela significativa dos imigrantes era pobre.

Sobretudo no que concerne ao período da emigração de massa, parece legítimo falar de uma homogeneidade marcada pela miséria, pela subalimentação e pela exploração. Quem eram os imigrantes? Vimos que, nas suas fileiras, estavam presentes também pequenos proprietários, inquilinos e meeiros, acabando por envolver pouco a pouco todos os componentes inferiores da sociedade rural vêneta. Mas o que realmente levava os camponeses à expatriação? Por quantos e quais modos esse acontecimento era vivido por eles? Não faria mal se, além de todas as sínteses descritivas e de todas as nossas racionalizações habituais, nos esforçássemos para recuperar o significado imediato de termos como miséria, subalimentação e exploração. Interroguem-nos, por exemplo, sobre o que significava, para um camponês decidido a emigrar, o gesto de abandonar a casa em que tinha nascido e crescido – para fazer isso, seria necessário saber, antes de tudo, como era essa casa^{XLVII}.

Esses imigrantes viram na *Mérica*^{XLVIII} a oportunidade não somente de melhorar de vida, mas também de reconstruir o cotidiano deixado para trás. Assim, após instalarem-se no Rio Grande do Sul, mesclaram os costumes e dialetos das diferentes regiões da Itália, principalmente do Vêneto, com outras culturas, como, por exemplo, o hábito indígena de consumo da erva-mate, havendo adaptações e misturas de costumes e tradições europeus e gaúchos.

Mesmo partindo de uma Itália unificada, todo o processo de nacionalismo, regionalismo e sentimento de pertença ocorria de forma lenta. Portanto, defende-se que, no período de 1870 até 1900, os imigrantes ainda não se sentiam ligados à Itália, mas à sua província. Esse fator associado à oportunidade de uma nova vida ítalica no Rio Grande do Sul fomentou a mescla de novos costumes, dando origem ao que é conhecido atualmente como a cultura *talian*^{XLIX} ou ítalo-gaúcha.

A identidade italiana no Rio Grande do Sul não existe, é uma mescla de loucuras. O problema é que não é a mesma loucura, são muitas loucuras. Se aceitarmos as diferenças vamos fazer a pergunta: por que alguém faz referência à identidade? Um motivo é para discriminar o outro. Outra pergunta: por que fazer parte de uma identidade? Ela serve para nos diferenciar dos outros, dizendo que somos diferentes^L.

A busca por uma suposta identidade ítalica no Rio Grande do Sul é muito comum, pois a herança imaterial que foi transmitida por gerações é o país de partida, mesmo que os imigrantes italianos se identificassem mais com a província do que com o país. O foco central da memória imigrante é a Itália e o sentimento de que, por serem descendentes de italianos, ainda fazem parte da Europa. Como prova disso, está o alto índice de busca pela cidadania italiana^{LI}. *Grosso modo*, nesta análise, percebe-se que, apesar de um enaltecimento em relação à cultura italiana, ítalo-gaúcha ou, ainda, *talian*, pouco se sabe sobre a Itália de saída dos antepassados imigrantes. Criou-se a ilusão de que se vive na serra do Rio Grande do Sul uma cultura própria da “grande Itália”, mas determinados costumes, hábitos alimentares, dialetos, crenças e, até mesmo, algumas práticas religiosas (por exemplo, os benzimentos) não existem ou são escassos há tempos na atual Itália.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

A grande emigração italiana para o Rio Grande do Sul proporcionou uma nova oportunidade de reconstrução cultural em um país além-mar, iniciada com a saída da Europa. Em função da proximidade de fronteiras e das particularidades regionais, os imigrantes italianos, ainda na convivência durante a viagem para o Brasil, deram origem a um processo de mistura dialetal e cultural que foi intensificado no Rio Grande do Sul por meio da miscigenação com outros costumes próprios dos povos brasileiros. Fica evidente que, apesar de todo o empenho italiano para a unificação e a nacionalização dos povos enquadrados no território peninsular, o processo de unificação do idioma, dos costumes e da cultura ocorreu a passos lentos, sendo que os imigrantes instalados no estado mais meridional do Brasil não trouxeram consigo estes novos hábitos, mas a forma de viver em cada província, que foi adaptada não somente entre os imigrantes, mas também com as práticas do novo país.

Considerações finais

Buscou-se tratar do contexto social da península itálica e das particularidades da fronteira italiana, em especial, com a Áustria. Abordou-se também a insatisfação dos *contadini* em relação à política, à economia e aos impostos e a dificuldade de aquisição de terra, o que mesmo após a unificação italiana não apresentou melhorias significativas. A propaganda emigracionista para o Brasil nesse cenário culminou em um movimento emigratório em massa, com ênfase no período de 1876 a 1901, quando foram criadas diversas colônias no sul do país com o intuito de receber estes colonos. O estado tinha principalmente interesses colonizatórios, visando ao crescimento econômico voltado para a agricultura na pequena propriedade rural, a fim de garantir a proteção da fronteira. Essa população viu-se novamente envolta em questões fronteiriças. Outro interesse governamental era promover o “branqueamento” da população por meio dos imigrantes europeus. Para cumprir com esses objetivos, os italianos com mais capital foram direcionados para o Rio Grande do Sul, pois o intuito era aquisição de terras, mesmo que ocorrendo de forma parcelada. A maior leva de colonos dirigida para o sul provinham do Vêneto, enquanto aqueles considerados com menos condições de aquisição de terra permaneceram em São Paulo, substituindo gradativamente à mão de obra escrava na lavoura de café.

Observou-se também que a Itália era repleta de culturas e costumes próprios de cada região, já que a questão fronteiriça propiciava significativas trocas sociais, o que levou os imigrantes a trazer para a *Mérica* essas mesclas culturais. Aqueles instalados no Rio Grande do Sul miscigenaram e adaptaram ainda mais seus costumes em função do novo contato com os habitantes brasileiros. Dessa forma, aquilo que se entende como tradições italianas herdadas por meio de uma herança imaterial são os resquícios de uma Itália recém-unificada, cujos habitantes ainda não se sentiam parte da nação. A cultura atualmente denominada ítalo-gaúcha em pouco se refere à cultura praticada na atual região italiana do Vêneto.

Com relação à forma como a população do Norte da Itália lidou com as insatisfações política e econômica após a unificação italiana, defendeu-se que os movimentos em massa, como, por exemplo, a emigração para o Brasil, foram vistos e pensados de forma estratégica, muitas vezes silenciados nos países de saída. No caso italiano, inicialmente a evasão teve apoio governamental, vista como solução imediata de problemas econômicos. De qualquer forma, não deixou de ser um movimento significativo de fundo político e consequentemente econômico.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

Notas

^I Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

^{II} Utiliza-se o ano de 1875 como registro comemorativo a chegada de italianos no Brasil, mas o fluxo inicia de forma mais significativa no ano posterior 1876, sendo que nos anos de 1880 registra-se uma emigração em massa para o Brasil, e a formação das comunidades italianas no Rio Grande do Sul. Neste sentido ver BENEDEZI, 2011, p. 11-34.

^{III} Utiliza-se o ano de 1901, pois em 1902, através do decreto Prinetti, o Comissariado Geral da Emigração na Itália proibiu a emigração subvencionada para o Brasil.

^{IV} Casa di Savoia, em italiano, ou em alguns casos Casa de Saboia, entretanto optou-se por Casa de Savoia.

^V CARNIERI, Christopher Augusto. **A italianidade em movimento: travessias e olhares**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, p. 24.

^{VI} Conforme a grafia em italiano.

^{VII} BENEDEZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 33.

^{VIII} MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41-49.

^{IX} CARNIERI, 2013, p. 25.

^X CARNIERI, 2013, p. 26.

^{XI} BENEDEZI, 2011, p. 55.

^{XII} Uma tradução possível de *contadini* para o português é o termo camponês, porém manteve-se em italiano a fim de remeter à situação específica do camponês italiano de fins do século XIX. Este trabalhador do campo dividia-se em pequeno proprietário e trabalhador das propriedades dos *Signori* (grandes proprietários rurais). BENEDEZI, Luís Fernando. Nostalgia, alegoria e restos: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul. **Textura**, Canoas, n. 11, p. 11-19, jan./jun. 2005.

^{XIII} Ortografia de acordo com a língua italiana.

^{XIV} BENEDEZI, 2011, p. 33.

^{XV} A região do Vêneto está localizada no Nordeste da Itália, sendo formado por sete províncias: Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Veneza (capital da região), Verona e Vicenza.

^{XVI} CARNIERI, 2013, p. 29.

^{XVII} O Tratado de Latrão, Tratado de Santa Sé ou Tratado de Roma-Santa Sé é um dos acordos feitos em 1929 entre o Reino da Itália e a Santa Sé, dando fim à Questão Romana. Os tratos consistiam em três documentos: o reconhecimento total da soberania da Santa Sé no estado do Vaticano, a concordata regulando a posição da religião católica no Estado e a convenção financeira acordando a liquidação definitiva das reivindicações da Santa Sé por suas perdas territoriais (Estados Pontifícios) e de propriedade.

^{XVIII} Benito Amilcare Andrea Mussolini (Predappio, 29 de julho de 1883; Mezzegra, 28 de abril de 1945) foi o político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista e é considerado uma das figuras-chave na criação do fascismo. Tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922 e começou a usar o título *Il Duce* em 1925. Também criou e sustentou a patente militar suprema de Primeiro Marechal do Império junto com o rei Vittorio Emanuele III da Itália, quem lhe concedeu o título, tendo controle supremo sobre as forças armadas italianas. Mussolini permaneceu no poder até 1943. Por um curto período, até a sua morte em 1945, foi o líder da República Social Italiana.

^{XIX} BENEDEZI, 2011.

^{XX} RÉMOND, Renè. Do político. In: RÉMOND, Renè (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 443.

^{XXI} GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983, p. 169, apud ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

^{XXII} OLIVEIRA, 1977, p. 21 *apud* VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus**, Juiz de Fora, v. 3, p. 85-98, 1997, p. 86.

^{XXIII} Além de vila ou localidade, *paese* é, no contexto italiano, um conjunto de relações afetivas, plenas de significados imagéticos e relacionais. BENEDEZZI, 2011, p. 15.

^{XXIV} BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal) 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 12.

^{XXV} HOBBSBAWM E RANGER (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

- XXVI HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- XXVII GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 52.
- XXVIII SMITH, Anthony D. **A Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 127.
- XXIX OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - nação**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 22.
- XXX BENEDUZI, 2011, p. 53.
- XXXI BENEDUZI, Luís Fernando. **Mal di paese: as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 78.
- XXXII FOUCAULT, **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986, p. 43
- XXXIII AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogênese**, Unesp, Marília, v.6, n. 2, 2013, p. 155.
- XXXIV LASSWELL, 1930 *apud* DAHL, Robert. O homem político. In: DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1988, p. 115.
- XXXV Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/unificacao-italia.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- XXXVI Disponível em: <http://tioda.com.br/index.php/politica/politicos-estrangeiros>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- XXXVII A República Juliana ficou conhecida na história como um estado pertencente a Santa Catarina, sendo oficializada em 24 de julho de 1839, o que justifica seu nome. Teve fim ainda no mesmo ano, no dia 15 de novembro, após a derrota farroupilha em um violento ataque a Laguna. Nesse episódio, a esquadra foi aniquilada, somente os líderes Garibaldi e Canabarro sobreviveram. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/republica-juliana>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- XXXVIII Nizza pertencia ao território italiano, atualmente chama-se Nice localizada em território francês.
- XXXIX Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/giuseppe-garibaldi.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- XL CARNIERI, 2013, p. 26.
- XLI Entre os anos de 1877 e 1884, desenvolveu-se uma das mais conhecidas enquetes do período pós-unitário, a *Inchiesta agraria e sulle condizioni della classe agricola*, também conhecida como *Inchiesta Jacini*. Ela tinha por objetivo delinear as características culturais e físicas das populações da península, entendendo na pluralidade o tipo italiano, além das condições físicas, morais, intelectuais e econômicas dos trabalhadores da terra. BENEDUZI, 2004, p. 109-110.
- XLII CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 39.
- XLIII JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998, p. 187.
- XLIV Apesar de o período estudado ser posterior à Idade Média, a península itálica permanecia em um sistema feudal – estes senhores também eram conhecidos como *i Signori*.
- XLV HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 94, v. 10, p. 1-10, ago. 2001.
- XLVI HERÉDIA, 2001.
- XLVII FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006, p. 300.
- XLVIII Termo que os italianos utilizaram para tratar da emigração para a América (América Latina, Estados Unidos da América).
- XLIX Dialeto assim denominado porque é a forma como uma língua é realizada em uma região específica, configurando-se, então, como uma variedade linguística. Ele é falado principalmente pelos imigrantes italianos e seus descendentes no Sul do Brasil e consiste na mistura do italiano gramatical com palavras do português brasileiro.
- L LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines *et al.* (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 254.
- L¹ No estado do Rio Grande do Sul, em que a maior parte da população é de ascendência europeia, os processos em busca da cidadania italiana são bastante significativos.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

Referências

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogênese**, Unesp, Marília, v.6, n. 2, p. 148-162, 2013.

BENEDUZI, Luís Fernando. Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul. **Textura**, Canoas, n. 11, p. 11-19, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/753/575>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Mal di paese**: as reelaborações de um Vêneta imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia**: perdas e ruínas na construção de um Vêneta imaginário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal) 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARNIERI, Christopher Augusto. **A italianidade em movimento**: travessias e olhares. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 37-54.

DAHL, Robert. O homem político. In: DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1988. p. 97-118.

FOUCAULT, **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneta para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983, *apud* ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

A REGIÃO DO VÊNETO E A EMIGRAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

MARINILSE MARINA

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 94, v. 10, p. 1-10, ago. 2001. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn-94-10-htm. Acesso em: 19 fev. 2017.

HOBSBAWM E RANGER (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998. p. 180-196.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines *et al.* (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-262.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RÉMOND, Renè. Do político. In: RÉMOND, Renè (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996. p. 441-454.

SMITH, Anthony D. **A Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus**, Juiz de Fora, v. 3, p. 85-98, 1997.